

PRÁTICA E SABERES NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

PROTAGONISMO SOCIAL: Trabalhadores da Agricultura Familiar são capazes de construir e escrever a sua historia

Anderson Giovani da Silva (Autor)

Centro de Ensino Superior Dom Alberto (CESDA)

andersongiovani.dasilva@yahoo.com.br

Vinicius da Silva (Co-autor)

Centro de Ensino Superior Dom Alberto (CESDA)

viniciusdsp@hotmail.com

Resumo: Este estudo visa abordar a batalha dos trabalhadores rurais na permanência no semiárido brasileiro e suas formas de superar estas desigualdades e construir uma sociedade justa e solidária partindo de sua necessidade e realidade, formando uma história de vida e conquistas partindo de seu protagonismo social. Dessa forma, o presente estudo vem fundamentado na pesquisa qualitativa, não demonstrando a preocupação de apresentar dados estatísticos comparativos. Baseia-se, assim, no método analítico-dedutivo, capaz de conduzir o pesquisador a conclusões, partindo das teorias e leis consideradas gerais e universais, buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares.

Palavras-chave: trabalhadores rurais, políticas públicas, Semiárido brasileiro.

1-INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só (Pereira, 2013, p. 111).

Desde os primórdios dos tempos os trabalhadores da agricultura vem sendo relegados a segunda classe de profissão no mundo e na sociedade, este artigo tem por objetivo, demonstrar as formas de organização dos trabalhadores rurais do semiárido brasileiro e sua forma de conscientização enquanto classe social.

Neste sentido, este estudo busca evidenciar lutas e conquistas dos trabalhadores rurais do semiárido brasileiro, sobretudo, as lutas dos trabalhadores rurais da agricultura familiar, que executam labores dos mais sofridos no campo, constituindo-se em braço forte que lastreia a sociedade com o produto de seu trabalho, enquanto abastecem as mesas da cidade e do próprio campo.

Assim a problemática da pesquisa questiona as razões pelas quais são sonegados os direitos e as vantagens aos trabalhadores da agricultura familiar e qual a importância destes povos na sociedade. A pesquisa é qualitativa, baseada no método dedutivo e em dados e informações bibliográficas.

2 CONHECENDO O SEMIÁRIDO

Conhecendo um pouco dos municípios que fazem parte do semiárido brasileiro segundo o Ministério da Integração Nacional, levando-se em conta os princípios da “insuficiência do índice pluviométrico como critério exclusivo de seleção dos municípios” e de sua “má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resultam no fenômeno da seca, a qual periodicamente assola a população da região.”

Neste sentido,

Para a nova delimitação do semi-árido brasileiro, o GTI tomou por base três critérios técnicos: I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. (BRASIL, 2005, p.5)

Assim foi delimitado o novo semiárido brasileiro em 1.133 municípios integrantes, sendo que ficou evidenciado o compromisso do governo brasileiro “ com o desenvolvimento desta sub-região, tanto no que se refere à ativação de seu potencial endógeno de crescimento econômico, como no sentido da diminuição das desigualdades interregionais vigentes no país.”

Assim, estamos diante do maior semiárido do mundo e o mais populoso, e com índices elevados de evapotranspiração, (cerca de 2000 mm ao ano), vindo a ocasionar certas particularidades e limites hídricos as populações deste território, Contag, 2013, p. 8).

Nesse sentido leciona Baptista, 2013, p. 61, que “vivem mais de quatro milhões de famílias agricultoras camponesas.” Sendo que, “ destas, 50% vivem no Nordeste, a maior parte delas no Semiárido, região de um milhão de km², superior às áreas da Alemanha e França juntas”.

Assim, Segundo o Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada (IPEA), “mais da metade da população do Semiárido é vítima da fome e da má- nutrição, representando mais de dois terços dos pobres do meio rural da região. “ Baptista, 2013, p. 61.

Partindo desta conjectura vamos analisar as transformações buscadas pelos

trabalhadores para transformar sua realidade sentidas e vividas, uma vez que, o segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adaptar-se a ele. Pois, “não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente.” Sendo que “é preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes.” (Silva, 2013, p. 51).

Assim, “o grande segredo da convivência com o Semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuvas.” Uma vez que, “o principal bem a ser destacado é a própria água.” O que parece contraditório falar disso, pois dizem que ali não chove. Mas como vimos, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta, como vimos acima. (Silva, 2013, p.52)

3- CONSTRUINDO E TRANSFORMANDO

Neste cenário temos algumas experiência em quanto agente de desenvolvimento social e de transformação político, para retirar a população do marasmo de conviver com a secas que se mostra frequentes na região do semiárido brasileiro, como leciona BAPTISTA,

existem as cisternas de placas, as cisternas de produção, as múltiplas formas de barreiros, os tanques de pedra, as múltiplas e simplificadas formas de irrigação sem uso intensivo de água, as modalidades de armazenar os produtos sem agrotóxicos, entre outras tecnologias.(2013, p. 33)

Pode-se mencionar que, a população desenvolveu saberes e estratégias para a convivência com o regime de escassez de água, pois a, premissa básica consistia em guardar/armazenar água no período chuvoso para o suprimento no período de estiagem.

Sendo que daí um conjunto de organizações da sociedade, reunidas em torno da rede Articulação no Semiárido (ASA) veio a “elaborar e propor ao governo federal uma estratégia de acesso a água a partir da construção de cisternas de placas de armazenamento de água de chuva de uso familiar, voltadas para o consumo humano.”(Arsky, 2013, p.64)

Nesse sentido leciona Arsky que,

de 2003 o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, começou a apoiar fortemente a construção de cisternas de placas no semiárido brasileiro, apoiando a sociedade civil e os governos estaduais por meio do Programa Cisternas.(2013,65)

Neste sentido o governo federal lança o Plano Brasil Sem Miséria e, mais especificamente, do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água– Água Para Todos, que materializou

o compromisso assumido pelo governo federal de universalizar o acesso à água para as populações rurais, principalmente para aquelas em situação de extrema pobreza, cujo atendimento seria realizado principalmente por meio da “utilização de tecnologias, infraestrutura e equipamentos de captação e armazenamento de águas pluviais” (inciso II, do art.2º, Decreto nº 7.535/2011).(Arsky, 2013, p. 66).

Assim, o Semiárido brasileiro vem construindo e transformando em uma “nova realidade, mostrando que do mesmo modo que é possível viver no gelo é possível viver em regiões semiáridas e áridas”, pois “isso depende de estratégias de convivência com essas regiões,” uma vez “ que venham a contribuir para a superação deste desafio, por que nessa compreensão a seca deixa de ser um problema e passa a ser um desafio”, sendo que, “é possível superar utilizando-se de políticas públicas adequadas que venham a facilitar a vida no „sertão“.”(ALVES, 2013, p. 38)

Nesse sentido que, rompendo “como paradigma de um Semiárido sem vida, seco” e desolado é que apontam para a construção de um desenvolvimento sustentável, “baseado na partilha, não voltado às coisas grandiosas e faraônicas, más calcado em processos simples e acessíveis a todas as pessoas.”

Assim, importante frisar que se destaca que, “a mulher desempenha importante papel na questão dos recursos hídricos”, uma vez que, “ela é quem se preocupa com a obtenção da água, a forma racional de seu uso e os cuidados necessários para mantê-la limpa.” Sendo que, “a mulher é uma educadora que contribui para as soluções de manejo adequado dos recursos hídricos e na economia da água disponível. (NETO, 2013, p, 97) .

Outro grande avanço foi quando as cisternas adentrar as escolas como leciona Neves,

impulsionado pelo Pacto Nacional “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, ainda em 2008, o MDS, em conjunto com o MEC e em parceria com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e o Governo do Estado da Bahia, iniciou a ação “Água de Educar” em 43 escolas naquele Estado, viabilizando cisternas para o consumo e cisternas para a produção de hortas escolares.(2013, p.103)

Neste se, o funcionamento do programa inicia com a procura das “escolas públicas rurais que não têm nenhuma forma de abastecimento de água,” conjuntamente com “ aquelas que possuem fontes precárias de abastecimento de água potável.” Sendo que a “SESAN/MDS define como acesso precário ao abastecimento de água no semiárido aquele que é feito por carros-pipa, rios, açudes, lagos, igarapés, poços e nascentes dentro e

fora das propriedades.” Pois estes, “últimos estão incluídos na lista por conta da baixa qualidade da água subterrânea para o consumo humano, que quase sempre é salina ou salobra.” Uma vez que, “Até o presente momento, a referência para a busca das escolas tem sido o Censo Escolar da Educação Básica de 2007.”(NETO, 2013, 104).

Assim, o mais importante, na implementação desta tecnologia e a possibilidade dá comunidade escolar consumir água de qualidade e do o ano letivo escolar funcionar sem interrupções. Sendo preciso que a comunidade beneficiada compreenda e entenda que água é um direito universal, constitucional e que a cisterna é uma conquista e não uma dádiva de algum político interesseiro ou mesmo do governo. Fundamentalmente é importante que ela conheça o histórico de mobilização e articulação popular que cominou em “diversas entidades do Semiárido brasileiro a lutarem e exigirem uma política de armazenamento de água autônomo que viabilize a convivência da população com a região”.(Neto, 2013, p.106).

Neste sentido, leciona Pereira, que,

Na verdade, as ações da ASA são processos educativos que buscam valorizar o que há de melhor no SAB, que é a experiência e a sabedoria do seu povo. Para Freire, “a experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais

pode se dar „virgem“ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção”. NETO, 2013, p. 117.

Assim, o trabalho da ASA tem buscado fomentar os fazeres e saberes de homens e mulheres do Semiárido, mas provocando-os a reflexão e ao enfrentamento e a desconstrução do imaginário social criado para esta região por forças dominantes. Elevando convivência e abrangendo uma proposta de desenvolvimento sustentável e solidário para o Semiárido e colocando no centro do processo as pessoas com suas especificidades e as potencialidades próprias da região.(Neto, 2013, p.117).

Dessa forma, partindo desta experiência temos o programa P1MC- Um Milhão de Cisternas Rurais: O objetivo do programa é “desenvolver uma metodologia participativa que empodere os sujeitos envolvidos no processo, especialmente as famílias e os membros das Comissões Municipais da ASA.”

Pois “os componentes do programa contemplam a mobilização, cadastramento e seleção das famílias, os cursos de formação, o controle social, o fortalecimento da sociedade civil, a comunicação e a construção das cisternas de consumo humano. “ Uma vez que “todo esse processo é instigado por uma metodologia democrática, objetivando garantir o controle social e a gestão pela

própria comunidade local, a partir da corresponsabilidade da família” (NETO, 2013, p.117).

CONCLUSÃO

Neste sentido como leciona Baptista que, “quem vive no Semiárido e estuda o seu povo encontra, ao invés de um povo incapaz, pessoas lutadoras, criativas, fortes, resistentes, esperançosas e solidárias”.

Como constatação disso é “que, por mais políticas malfazejas” e interesseiras, “ que se projetem para o Semiárido e, apesar de tudo que se faz contra ele, o povo continua vivo, de pé, lutando pela vida e por seus direitos. “ Lembrando das “ lutas de Antônio Conselheiro, Canudos, do Beato Lourenço, do Caldeirão e muitas outras lutas coletivas contra a injustiça e pelo estabelecimento de uma sociedade mais justa são expressões fortes dessa luta pela vida.”

Sendo que outras lutas poderiam ser narradas, como “aquelas pela terra e territórios de povos e comunidades tradicionais, as múltiplas formas de luta pela água, assistência técnica adequada, crédito e educação contextualizada no Semiárido.”

Neste sentido, além de ser lutador, aguerrido e forte,” o povo do semiárido possui uma cultura de resistência contra as

adversidades e as investidas dos meios de comunicação social para aniquilá-lo.”(2013. P. 31-33)

Assim, povo do Semiárido, não é um povo morto, sem esperança e “ incapaz, mas sim, um povo vivo, lutador, alegre, criativo, que foi injustiçado pelas políticas adotadas.”

Nessa maneira hoje o povo do semiárido ajuda na construção e implantação de rotas concretos de convivência com o Semiárido, propondo “projetos, programas e políticas que expressam o resultado de suas experiências desenvolvidas, como forma de resistir, permanecer vivo e conviver com o clima, ao invés de combatê-lo.” Baptista, 2013, p. 33.

Neste sentido, partir de inúmeros estudos e pesquisas “ das realidades locais que emergem se confirma que é possível viver no Semiárido de forma digna e humana,” vindo a romper e transformar,

com as vulnerabilidades sociais a partir do entendimento de que, para isso, é fundamental que haja investimentos em políticas públicas adequadas a cada realidade, como as políticas de convivência com a seca, que através de tecnologias simples e baratas vêm mudando a vida de muitos agricultores dessas regiões. ALVES, 2013, p.45

Destarte, diante ao exposto fica evidenciado que é impossível e inimaginável construir um grande país sem investimentos do poder público e participação popular. Uma vez que, o

Semiárido depende e precisa de recursos para continuar progredindo e desenvolvendo dentro de suas inúmeras possibilidades e potencialidades , “respeitando sua diversidade ambiental e cultural. É um lugar viável para se viver e seu povo é digno de respeito”.(Alves, 2013, p.45).

Assim, a agricultura familiar do semiárido padece da falta de assistência técnica e de políticas publicas que a fortaleçam em consonância com a preservação ambiental da caatinga e o desenvolvimento sustentável. Uma vez que o “ sonho de Guimarães Duque de ver uma civilização preparada para conviver com a semiaridez ainda está longe de se tornar realidade.”

Desse modo, é necessário que princípios éticos e morais permeiem as políticas e os políticos , para que possamos, no futuro, vislumbrar um semiárido cheio de fartura, verdura , desenvolvimento social e rico, cultural, social e economicamente solidário.” É preciso que a sociedade e o Estado como um todo se unam para que os projetos existentes, e que ainda possa vir , mesmo os esparsos pela vastidão das terras tórridas, torne-se um “exemplo que guie um modelo que garanta a sustentabilidade do desenvolvimento do semiárido brasileiro”.(Marinho, 2013, p. 12)

Assim, é possível perceber que a convivência com o clima , solo e um outro

olhar sobre esta região só ocorrerá a partir das lutas travadas pela sociedade civil com todos seus problemas sentidos e vividos, a partir do momento que a voz dos sujeitos oprimidos que vivem na região ecoar mais longe com força e clareza de seus propósitos. Sendo que o momento é muito propício para este retumbar, visto que a sociedade civil tem entendido que a mobilização e a articulação e a participação popular impulsionam a população a querer gerir as políticas públicas que lhe interessem e, principalmente, que lhe beneficiem coletivamente. O povo do Semiárido sabe o que precisa e como precisa tal qual a chuva que cai e se esvai solo a fora. Além disso, tem muito a ensinar com suas pedagogias. “Pedagogias estas que trazem o aprendizado a partir da exclusão, mas acima de tudo, da luta pelos direitos humanos coletivos dos povos.” Pereira, 2013, p. 120.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Disponível em:

<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915> Acesso em: 24 julho 2016

BRASIL. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/publi>

[cacoes/convivencia-com-o-semiarido-brasileiro.-autonomia-e-protagonismo-social](http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/convivencia-com-o-semiarido-brasileiro.-autonomia-e-protagonismo-social)> Acesso em: 30 julho 2016

BRASIL. Disponível em:

<http://www.iabs.org.br/programacisternas/wpcontent/uploads/Estrategias_convivencia_semiarido_3>.pdf Acesso em: 30 julho 2016

CONTAG. Multiplicação criativa, um entrelaçar de prática e saberes /organizadoras Iara lins, Elza Falkembach, Raimunda de Oliveira, Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura/Escola Nacional de Formação Político sindical -ENFOC 2011

CONTAG- Disponível em:

<<http://www.contag.org.br/arquivos/portal/Diretrizes%20para%20a%20convivencia%20com%20o%20semiarido.pdf>> Acesso em: 24 julho 2016

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO

MOVIMENTO SINDICAL: as práticas formativas da CONTAG e a escola de formação sindical

Disponível em:

<<file:///D:/Downloads/7%20-%20Educao%20e%20formao%20no%20Movimento%20sindical%20-%20Vania.pdf>> Acesso em: 30 julho 2016

Disponível em ;

<http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/tese_Convivencia_semiarido_Roberto_Marinho.pdf> Acesso em: 30 julho

2016

